

TEXTO 03

O cuidado e a vida nas cidades: reflexões sobre meio ambiente e território na perspectiva do cuidado

Essencialidade do cuidado

Até aqui vimos abordando a natureza e as tensões inerentes às práticas de cuidado no âmbito familiar, destacando o trabalho essencial e lamentavelmente não reconhecido das mulheres e das profissionais do cuidado na garantia da reprodução diária das pessoas, desde a infância até a velhice. A perspectiva defendida é a de que as práticas de cuidado sejam de responsabilidade de toda a sociedade, e não apenas das mulheres, devendo ser exercidas com dignidade, no esforço de superar as desigualdades de gênero, de raça e de classe.

Há, no entanto, uma outra dimensão do cuidado, que é igualmente importante e condição à construção de uma sociedade mais justa e acolhedora. Trata-se de sua dimensão universal, que não se restringe a matricialidade sociofamiliar, mas abrange a totalidade das relações sociais. Para compreendê-la é necessário partir da seguinte premissa: **o ato de cuidar é algo essencial à condição humana**. Portanto, esta outra dimensão vai além da família, envolvendo o entorno imediato e o distante, isto é, desde a comunidade mais próxima (o bairro, a associação, a escola, a igreja etc.) até o planeta e a “comunidade de vida” (a *Casa Comum*, segundo o Papa Francisco ou, a *Pachamama*, segundo os povos andinos).

Quando falamos da “essencialidade do cuidado”, nos referimos à uma filosofia do ser que tem por base o pensamento do alemão Martin Heidegger. Para este filósofo, o cuidado é muito mais que uma atitude entre tantas outras, pois corresponde a força originária e ontológica da condição humana, sua essência. Viver é lançar-se ao mundo com dedicação e diligência, é cuidar de tudo o que nos cerca. Todos somos cuidados em algum momento da vida, além disso, cuidamos de nós mesmo e de outras pessoas ou coisas. Portanto, o “cuidado é a base possibilitadora da existência humana enquanto humana” (BOFF, 2017, p. 39)

Heidegger ilustra a essencialidade do cuidado com a famosa “fábula de Higino” ou “Mito do Cuidado”. Caio Júlio Higino foi um importante pensador da Roma Antiga, tendo se destacado por trabalhos sobre a cultura e a literatura romanas. Seu contato com as maiores bibliotecas da época o possibilitou compilar os maiores mitos da tradição grega e latina. Abaixo reproduzimos a referida fábula da forma em que consta no livro “Ser e Tempo”, de Heidegger:

Certa vez, atravessando um rio, Cuidado viu um pedaço de terra argilosa: cogitando, tomou um pedaço e começou a lhe dar forma. Enquanto refletia sobre o que criara, interveio Júpiter. O Cuidado pediu-lhe que desse espírito à forma de argila, o que ele fez de bom grado. Como Cuidado quis então dar seu nome ao que tinha dado forma, Júpiter proibiu e exigiu que fosse dado seu nome. Enquanto Cuidado e Júpiter disputavam sobre o nome, surgiu também a Terra (Tellus) querendo dar o seu nome, uma vez que havia fornecido o seu corpo. Os disputantes tomaram Saturno como árbitro. Saturno pronunciou a seguinte decisão, aparentemente equitativa: 'Tu, Júpiter, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito e tu, Terra, por teres dado o corpo, deves receber o corpo. Como, porém, foi o Cuidado quem primeiro o formou, ele deve pertencer ao Cuidado enquanto viver. Como, no entanto, sobre o nome há disputa, ele deve se chamar 'homo', pois foi feito de humus (terra)'. (HEIDEGGER, 1995, p.263-264)

O teólogo e escritor Leonardo Boff (2003 e 2017) explica que a fábula de Higino é central para reconhecermos a essencialidade do cuidado. Ele lembra que, na mitologia romana, Júpiter era o deus-rei, criador do mundo e dos seres humanos. Terra, por sua vez, era a grande deusa, mãe de Júpiter e de muitos outros deuses. Saturno era o deus do tempo, da prosperidade, da igualdade e pai de Júpiter. E Cuidado era apenas a personificação de uma atitude humana, artifício muito comum nos mitos e fábulas antigas. Segundo interpretação de Boff, Júpiter, que deu espírito ao homem (homo/humus), representa a dimensão transcendente da realidade. Terra, que deu forma ao homem, representa a dimensão material. Saturno, por sua vez, representa o tempo, o legislador sábio, que deu a dimensão histórica e a utopia ao homem. E, por fim, o Cuidado, que o havia concebido, tornou-se seu dono. Assim, o Cuidado nos concebeu e nos acompanha por todo o tempo, desde o momento que nascemos (da matéria da Terra e do espírito de Júpiter) até nossa morte (quando matéria e espírito retornarão para sua origem).



Neste vídeo, o filósofo Clóvis de Barros Filho explica de forma bastante didática a fábula de Higino e a questão da essencialidade do cuidado

Para assistir, clique aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=g6lFeOQ-YuY>

Além de ilustrar a centralidade do cuidado na condição humana, o mito de Higino revela de forma bastante eloquente a abrangência da segunda dimensão do cuidado a que nos referimos no início: se o cuidado é nossa essência, significa dizer que nosso “modo-de-ser essencial” é diligente, zeloso e acolhedor, e que toda atitude essencialmente humana deve ter por horizonte a plena realização do próximo. **Somos humanos na medida em que agimos com cuidado em relação a tudo e todos que nos cercam. O descuido, por outro lado, nos torna mais e mais desumanos.** Este é o fundamento de um novo *ethos*, que tem potencial para transformar radicalmente a realidade (BOFF, 2003 e 2017).

Crise ecológica como falta de cuidado com o planeta e com a humanidade

A crise ecológica que vivemos atualmente, por exemplo, é uma expressão da falta de cuidado. As mudanças tecnológicas e os patamares de consumo que algumas sociedades impuseram ao mundo a pretexto de se alcançar um pretense bem-estar resultou numa relação com os ecossistemas e com seus seres-vivos e não-vivos completamente contrária a perspectiva do cuidado. E isso tem se dado porque a construção do bem-estar nos moldes das sociedades modernas e ocidentais implica na produção sempre crescente de mercadorias a partir dos recursos da natureza. O imperativo do progresso e da produção crescente de mercadorias revela uma negligência fulcral em relação ao equilíbrio dos ecossistemas, uma vez que o meio ambiente não se reproduz de forma saudável com alterações constantes em seus fluxos de matéria e energia.

A busca negligente pelo bem-estar tem levado ao surgimento dos mais diversos impactos ambientais, que nunca são socialmente democráticos, pois afetam as comunidades humanas de forma desigual. Sabe-se que a emissão de gases como o dióxido de carbono, o metano e o óxido nítrico pelas atividades econômicas têm levado à intensificação do efeito estufa, ao que tem resultado em desequilíbrios em relação aos fluxos de calor na atmosfera e a consequentes alterações nos regimes de chuvas em determinadas localidades. Porém, é ainda mais importante lembrar que os eventos extremos (chuvas excessivas ou secas severas) relacionados às chamadas mudanças climáticas recaem desproporcionalmente sobre a população mais pobre e excluída, geralmente negra e periférica. Isto é, quem menos contribui com a crise climática global, geralmente é forçado/a a lidar com seus piores efeitos. Vimos chamando esses processos socioambientais de “racismo ambiental” ou, simplesmente, de “injustiça ambiental”. Trata-se, pois, de manifestações da falta de cuidado com o planeta e, em especial, com os grupos sociais mais vulneráveis.

Não é preciso mencionar quem dentre os mais vulneráveis são aqueles mais prejudicados pelas mudanças climáticas. Um relatório recente do Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA) demonstra que as mudanças climáticas afetam desproporcionalmente as mulheres negras e pobres, obstando ainda mais a conquista de seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como a garantia de sua saúde. Segundo o mesmo relatório, as mudanças climáticas comprometem os avanços sociais em quase todas as áreas do desenvolvimento humano.



Acesso ao relatório “Nas nossas palavras: vozes das mulheres afrodescendentes em prol da justiça reprodutiva e climática”, elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA)

Para ler, clique aqui:

https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_climate_change_brief_-_portuguese.pdf

Por isso crescem as lutas sociais em torno da chamada “Justiça climática”, sendo ela resultante do reconhecimento das injustiças ambientais relacionadas às mudanças climáticas e da consequente promoção de ações integradas que visam reduzir as desigualdades sociais e ambientais. A ativista dos Direitos Humanos, fundadora e diretora do *Chisholm Legacy Project*, Jacqueline Patterson, explica que “Justiça climática seria ter uma economia e uma sociedade em que os cuidados se centram naquilo que é sagrado, ou seja, nós enquanto pessoas e o planeta” (UNFPA, 2023, p. 10).

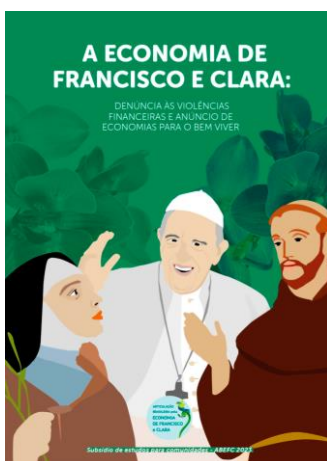
O cuidado com as pessoas e com o planeta requer a revisão dos hábitos de consumo e a criação de estratégias políticas nacionais e globais capazes de proporcionar um “letramento ecológico” e, ao mesmo tempo, um conjunto de princípios voltados à construção da sustentabilidade. Foi com esse objetivo que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente e a União Internacional para Conservação da Natureza criaram em 1991 o documento “Caring for the Earth” (Cuidando da Terra), cujo maior objetivo era promover nove princípios para cuidar do planeta. Anos mais tarde, em um esforço para o qual concorreu a contribuição de inúmeros movimentos sociais, foi divulgada a chamada “Carta da Terra” (2000), cujo propósito era criar um fundamento ético a partir do qual se baseariam todas as sociedades no seu trato com a natureza, estabelecendo como primeiro princípio: “respeitar e cuidar da comunidade de vida”.

	<p>Vídeo da Escola de Governo de São Paulo que resume os princípios presentes na Carta da Terra Para assistir, clique aqui: https://www.youtube.com/watch?v=wlus5QpxqJA</p> <p>Para ter acesso integral a Carta da Terra, clique aqui: https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/</p>
---	--

A comunidade de vida a que mencionamos desde o início deste texto corresponde ao conjunto dos seres vivos do planeta. Nesse viés de entendimento, admite-se que o próprio planeta

constitui um organismo vivo (Gaia), que está integrado aos ecossistemas e a todas as formas de vida que se reproduzem a partir deles. Trata-se, pois, de uma visão decorrente dos trabalhos do ambientalista inglês James Lovelock e de sua obra mais conhecida, “Gaia: um novo olhar sobre a vida na Terra”, de 1979. Mas a ideia de comunidade de vida também é tributária dos estudos sistêmicos e da ecologia dos povos tradicionais, que sempre interpretaram o planeta como um ser vivo. Os povos andinos, por exemplo, cultuavam uma divindade chamada Pachamama, que era a um só tempo Deusa da fertilidade, da vida e da proteção. A Carta Encíclica “Laudato Si’”, escrita pelo Papa Francisco, também recupera essa concepção com a ideia de “Casa Comum”, com o qual o líder da Igreja Católica associa o planeta à figura protetora de uma Mãe e conclama os seus fiéis a cuidar desse imenso patrimônio.

Para o Papa Francisco, o cuidado com a Casa Comum requer uma outra economia, não mais voltada para a morte, e sim para a vida. Segundo seu ponto de vista, que expressa a Doutrina Social da Igreja e a visão teológica de sua ala mais progressista, o desenvolvimento capitalista sob o neoliberalismo tem destruído o equilíbrio dinâmico da natureza, ampliando também as desigualdades sociais e acirrando tensões e conflitos geopolíticos. Em resposta, Francisco propõe “realmar” a economia, isto é, devolver-lhe a humanidade e o caráter de cuidado, que fora suplantado pelo egoísmo. É neste sentido que surge a ideia de uma “Economia de Francisco e Clara”, cujos princípios incluem a “Ecologia Integral” e o “Bem viver”.



A “Articulação Brasileira pela Economia de Francisco e Clara” elaborou recentemente uma cartilha com os princípios e propostas da Economia de Francisco e Clara

Para ler, clique aqui:

http://economiadefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2023/04/CARTILHA_ABEFC2023_PORT_DIGITAL.pdf

Um vídeo produzido pela mesma articulação resume os princípios da Economia de Francisco e Clara.

Para assistir, clique aqui: <https://youtu.be/J4ZVYUY-4M8>

A orientação ao Bem viver é uma opção política pela superação do axioma do “progresso capitalista” e da promessa do “bem-estar” que ele supostamente seria capaz de proporcionar. O Bem viver é um conceito que deita raízes na cosmovisão dos povos andinos e amazônicos, bem

como em suas lutas sociais, e que se opõe a falta de cuidado que a civilização moderna ocidental tem para com a natureza e com os mais vulneráveis. Neste sentido, o Bem viver questiona a ideia ocidental de “bem-estar”, sugerindo uma alternativa sistêmica ao desenvolvimento colonizador e patriarcal hegemônico. Nas palavras do economista e político equatoriano, Alberto Acosta:

O Bem viver é uma filosofia de vida que abre as portas para a construção de um projeto emancipador. Um projeto que, ao haver somado histórias de lutas, de resistência e de propostas de mudança, e ao nutrir-se de experiências locais, às que deverão somar-se contribuições provenientes de diversas latitudes, posiciona-se como ponto de partida para estabelecer democraticamente sociedades sustentáveis (ACOSTA, 2016, p. 40)

O conceito de Bem viver é particularmente importante na América Latina, onde os imperativos pela modernização capitalista se impõem de todas as formas, sendo almejado até pelas forças políticas mais progressistas. A busca irrefletida pelo crescimento econômico nos países periféricos se tornou um dogma, muito embora seja o fator para o surgimento dos mais graves quadros de injustiça ambiental. A não consideração dos saberes e modos de vida dos povos originários nas estratégias de desenvolvimento tem levado ao etnocídio e ao genocídio. Por isso urge o “novo constitucionalismo latino-americano”, com novas ideias e práticas jurídicas, dentre as quais as propostas da “plurinacionalidade” e dos “Direitos da Natureza”. Essas ideias e inovações tem tido repercussões as mais diversas, mas ainda estão longe de exercerem um impacto substancial sobre os problemas socioambientais e culturais relacionados ao desenvolvimento.



Vídeo elaborado pela Fundação Rosa Luxemburgo sobre o conceito de Bem viver, com participação do economista equatoriano, Alberto Acosta

Para assistir, clique aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=h4yK2ugTvWQ>

Em complemento, recomendamos assistir o vídeo “A arte do Bem viver”, produzido pelo escritor indígena Daniel Munduruku, em entrevista com o escritor e ambientalista Kaká Werá.

Clique aqui:

<https://www.youtube.com/watch?v=wJS1YbT-Lhg>

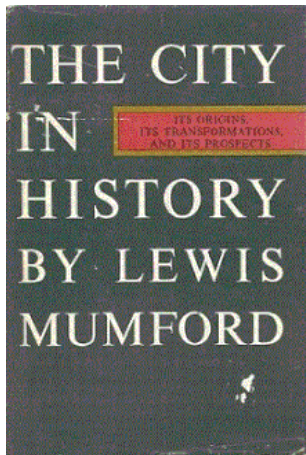
A cidade, o Bem viver e o cuidado

Muito embora os princípios relacionados ao Bem viver tenham muito mais trânsito entre os movimentos sociais do campo e da floresta, especialmente aqueles protagonizados pelos povos originários e quilombolas, acreditamos que a crítica ao desenvolvimento que ele enseja é urgente também para o mundo urbano, uma vez que a maior parcela da população latino-americana vive hoje em grandes cidades. É nos espaços urbanos que a busca incansável pelo bem-estar se dá de forma mais intensa, e as conseqüentes injustiças ambientais se fazem mais evidentes. A construção de práticas de Bem viver na cidade é hoje um desafio, mas um caminho promissor ao resgate de uma economia, de uma política e de uma cultura calcados no cuidado. E o eixo de atuação desse processo é o território. Antes de refletirmos como isso pode acontecer, vejamos de forma sintética as transformações pelas quais as cidades ocidentais têm perpassado desde o início do processo de modernização capitalista.

	<p>Debate sobre o “Bem viver nas cidades” realizado pela Fundação Rosa Luxemburgo, com participação de Célio Turino (Pontos de Cultura), Emilio Taddei (Universidad Nacional de Lanús), Maura Cristina Silva (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto da Bahia), Mario Rodríguez (Rede de la Diversidad) e Nabil Bonduki (Universidade de São Paulo). Para assistir, clique aqui: https://www.youtube.com/watch?v=gTn0Tnd_jsl</p>
--	--

O filósofo marxista francês, Henri Lefebvre (2001), afirmava que a cidade pré-moderna era a maior de todas as obras humanas, o resultado do acúmulo do trabalho social através da história. Tratava-se do lugar primordial ao exercício da política e à manifestação das culturas. No entanto, com a industrialização, as cidades foram deixando paulatinamente esse papel. Segundo o historiador estadunidense Lewis Mumford (1998), a cidade surgiu na história ocidental como lugar de cuidado e proteção para as sociedades humanas. Os primeiros lugares e formas arquitetônicas existentes nas cidades pré-históricas foram apropriados ou projetados para fornecer acolhimento material e espiritual, tais como cavernas, templos e cemitérios. Durante a Antiguidade, algumas

idades eram rodeadas de fortificações e muros, construídos para salvaguardar sua população. Na Idade Média, as “bastides” protegiam os senhores feudais e suas cortes das populações dos burgos e de quaisquer ataques provenientes de outros povos. Mas, na modernidade, as cidades se tornaram lugar da produção e habitat dos trabalhadores, que despojados de suas terras no campo, encontravam nas periferias urbanas um território para viver.



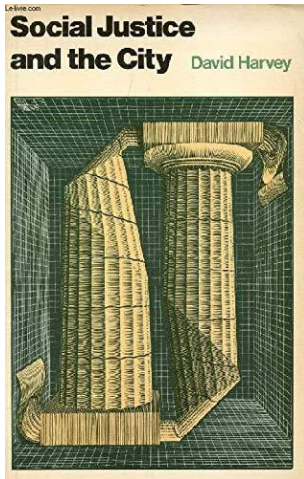
Sugestão de leitura:

O livro “A cidade na história” do historiador estadunidense Lewis Mumford foi publicado pela primeira vez em 1961, chegando a ganhar o National Book Award no mesmo ano. Nesta obra, Mumford demonstra como, quando e onde surgiram as cidades, bem como as transformações pelas quais passaram no decurso do tempo. Segundo Mumford, a sociedade urbana chegou a uma encruzilhada: ou enfrentará os seus dilemas sociais, permitindo o desenvolvimento da mais profunda condição humana; ou se entregará às forças anárquicas e desumanas do progresso tecnológico e do mercado.

O mundo moderno e industrial se impôs retirando da cidade o seu caráter político e cultural, restando-lhe muito mais a sua função econômica. Além de lugar para reprodução da força de trabalho, a cidade foi se tornando ela mesma uma mercadoria, uma vez que seus espaços passaram a ser consumidos, chegando a se tornar objeto de disputa. As classes mais abastadas sempre tiveram capacidade econômica e política de obter as melhores localizações, habitando bairros infraestruturados e próximos a equipamentos urbanos importantes, como hospitais, escolas, parques e lugares de poder. Aos mais pobres sempre coube o que restava, geralmente os lugares mais precários.

O geógrafo inglês, David Harvey, em sua obra “Justiça Social e a Cidade” (1980) explica de maneira bastante didática essa apropriação desigual das localizações na cidade moderna enquanto problematiza as teorias do uso do solo urbano. Segundo o autor, o espaço da cidade é como um teatro vazio, onde os primeiros a entrar possuem mais escolhas de acentos para se acomodar. Os que entram depois tem cada vez menos escolhas. E o que define quem serão os primeiros a entrar no teatro é a posição dos indivíduos na hierarquia social e sua capacidade de consumo. Assim, “[...] se os que entram o fazem de acordo com seu poder de compra, então os

que tem dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha” (HARVEY, 1980, p.144).



Sugestão de leitura:

O livro “A justiça social e a cidade” do geógrafo inglês David Harvey foi publicado pela primeira vez em 1975, e é hoje considerado uma obra de referência ao processo de renovação crítica da disciplina. A obra ainda marca uma inflexão do autor para o marxismo. Nela, Harvey discorre sobre as teorias dos sistemas espaciais e da justiça social, desde uma perspectiva liberal, partindo depois para abordar as teorias do uso do solo urbano, a teoria do valor e da transformação social a partir de uma perspectiva crítica.

Dessa desigualdade fundamental com a qual o espaço urbano foi sendo ocupado nas sociedades modernas e industriais é que foram emergindo os contrastes territoriais, e o surgimento das chamadas “periferias urbanas”. Pode-se dizer que tais contrastes são subprodutos do desenvolvimento e da pretensa busca do bem-estar sob o capitalismo. Desses processos é que se originou as grandes disparidades socioespaciais urbanas, com seus inegáveis problemas ambientais. A obra “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), de Friedrich Engels talvez tenha sido a primeira grande denúncia dessas desigualdades. Através de um inquérito sobre as condições de vida dos bairros operários nas cidades inglesas, este revolucionário alemão demonstrou de maneira pormenorizada as injustiças ambientais a que os trabalhadores estavam submetidos, deixando claro que o resultado da industrialização e da busca pelo lucro eram sempre a precarização social e o desamparo.

Diversas foram as tentativas de corrigir essas distorções colossais, algumas das quais calcadas no princípio do cuidado, visando garantir a reprodução das famílias dos trabalhadores, mas sem questionar os mecanismos de exploração. Segundo o historiador húngaro Karl Polanyi (2000), foi ainda no século XVIII que surgiram as Leis de Amparo aos Pobres, cuja função foi a de frear o processo crescente de mercantilização do mercado de trabalho e da própria sociedade, que se tornava cada vez mais urbana. As ideias socialistas também tiveram como plano de fundo a tentativa de barrar as consequências nefastas das desigualdades urbanas. Mas nenhum esforço

político e intelectual foi tão incisivo nesse aspecto do que o “urbanismo” ou o “planejamento urbano”.

Foi no contexto do aumento das desigualdades urbanas e de intensificação do processo de modernização que surgiu o urbanismo. Trata-se, pois, de uma disciplina com pretensões de cientificidade, um conjunto de conhecimentos parcelares agrupados em torno da crítica ao desenvolvimento industrial, visando dar conta, primeiro, da questão da habitação da classe trabalhadora e, depois, da suposta “desordem” dos territórios urbanos. A historiadora francesa Françoise Choay (1998) afirma que a palavra urbanismo é um neologismo, que surgiu apenas no século XIX como apanágio de técnicos (arquitetos), buscando refletir os resultados malogrados do desenvolvimento, ao mesmo tempo em que tentava delinear os problemas socioambientais urbanos e projetar suas soluções.

Podemos pensar no urbanismo como uma estratégia de resgate do sentido original de cuidado que a cidade possuía, então perdido no seu processo de modernização? Henri Lefebvre (2001) afirmava que o urbanismo havia surgido na expectativa de reinventar a realidade urbana, então implodida pela modernização capitalista. O fato é que os primeiros planos de cidade objetivavam claramente construir uma cidade-modelo, capaz de promover a igualdade, ‘reintegrar’ a sociedade com a natureza e lançar as bases para uma sociedade afluyente e racional, mas orientada à qualidade de vida, ao cuidado e à plena realização do homem. Foi assim com utópica “New Harmony” do socialista inglês Robert Owen, ou com os “Falanstérios”, do socialista francês Charles Fourier.

As primeiras experiências reais de planejamento urbano, no entanto, não nos deixam dúvidas sobre a verdadeira natureza dessas práticas. A relação intrínseca com a racionalização do espaço sempre se sobrepôs à perspectiva do cuidado. Pior, maior parte das práticas tinham como objetivo precípua o controle dos territórios urbanos, muitas vezes sob o fito de distensionar insatisfações e conter as lutas por melhorias sociais e ambientais. A grande reforma urbana realizada na cidade de Paris durante a administração do Barão Haussmann (1852-1870) é um exemplo eloquente de racionalização do espaço para controle de corpos e contenção de revoltas.

Já no século XX, os modelos de urbanismo modernistas, tributários da Carta de Atenas (1933) e calcados no racionalismo tecnicista e operatório, baseavam-se em setorizações do espaço e esquematismo simplistas que frequentemente levavam à crença de uma permanente “disfunção urbana”. Tal disfunção, portanto, deveria ser objeto de constantes intervenções, cujo objetivo

essencial era arranjar o espaço de maneira funcional, revalorizando e redefinindo seletivamente as formas de habitar, segundo os hábitos do "homem moderno". Não é de se estranhar que, no transcurso das experiências de aplicação desses preceitos, algumas classes sociais, suas respectivas formas de sociabilidade e seus territórios, tidos como não-modernos, tenham sido completamente desconsiderados.

Esse modelo de urbanismo foi integralmente transposto para o mundo periférico, em especial para a América Latina. Aqui, ele foi usado de forma ainda mais perversa, pois combinado com práticas discricionárias e higienistas, muitas vezes servindo para afastar a pobreza dos centros urbanos e confiná-la nos territórios periféricos. Foi assim com as grandes reformas urbanísticas dos principais centros urbanos brasileiros, tais como o Plano Agache e a Reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro, o Plano de embelezamentos do centro histórico de São Paulo, e as Reformas dos bairros de São José e Santo Antônio, no Recife. Nesta última cidade, por exemplo, a sucessão dos planos e reformas urbanísticas do seu centro ajudaram empurrar as populações pobres para as áreas de encosta, levando ao surgimento de territórios periféricos, tais como Casa Amarela e Afogados, hoje integrados como bairros da cidade.



Registro da reforma dos bairros de São José e Santo Antônio, centro do Recife, ocorrida nas décadas de 1930 e 40, como parte de um projeto urbanístico de modernização do centro da cidade. Além de ter ocasionado a destruição de inúmeros imóveis históricos importantes (e que, por certo, seriam considerados patrimônio atualmente), a reforma também resultou em um processo de “gentrificação”, que é quando há uma expulsão dos antigos moradores por meio do encarecimento do solo e dos custos de vida. Contraditoriamente, os dois bairros hoje se encontram relativamente abandonados.

O caso do Recife é muito ilustrativo de como as cidades latino-americanas foram se tornando cada vez mais hostis e distantes de qualquer perspectiva do cuidado. Na verdade, devido ao passado colonial e escravocrata, as cidades brasileiras já nasceram desiguais e fundadas na segregação. Aqui não houve a formação de uma classe trabalhadora segundo os moldes da realidade europeia, e as práticas urbanísticas jamais se colocaram à necessidade de dar conta da questão habitacional dos mais vulneráveis. Pelo contrário, o mercado de trabalho nunca foi capaz

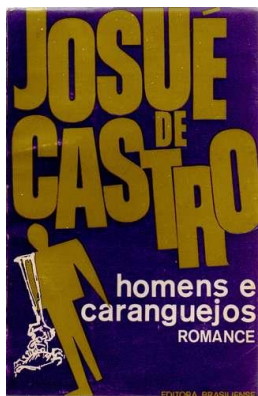
de integrar sequer metade da força-de-trabalho liberta da escravidão, e ao negro sempre lhe foi negado o acesso à terra e à moradia. Assim, nunca houve outra solução para essa população pobre, discriminada e constantemente espoliada, do que habitar os ambientes mais sensíveis e sem infraestrutura, lançando mão de técnicas e soluções a margem do mercado formal, criando, assim, uma cidade informal, os territórios da população pobre e negra.

Como se não bastasse morar mal e distante de qualquer perspectiva de integração à sociedade e a economia formal, essas populações e seus territórios sempre foram objetos de ações violentas de despejo. A Liga Social Contra o Mocambo, criada em Recife durante o governo do interventor do Estado Novo, Agamenon Magalhães (1937-1945), buscava retirar os mocambeiros de localidades próximas do centro, oferecendo-lhes habitações populares em outros bairros. Contudo, além da oferta ter sido pequena, as novas moradias eram financiadas compulsoriamente às pessoas sem trabalho e renda fixos, que não suportavam manter os compromissos financeiros. O resultado foi a intensificação das ocupações irregulares em regiões periféricas, geralmente áreas de morro ou alagados.



A Liga Social Contra o Mocambo foi uma política de urbanização que procurava desalojar moradores de mocambos* e orientá-los a adquirir uma casa mediante financiamento. Logo depois os mocambos eram demolidos. Em algumas localidades, depois da demolição, eram construídas Avenidas, rua ou equipamentos urbanos.

* Mocambo: moradia precária feita de pau-a-pique (taipa), geralmente localizada em área de alagado, próxima aos manguezais, habitada pela população mais pobre e negra da cidade.



Sugestão de leitura:

O romance “Homens e Caranguejos” do geógrafo e médico pernambucano Josué de Castro, foi publicado pela primeira vez em 1967. Nele Josué aborda a pobreza e a fome existente na cidade do Recife na primeira metade do século XX.

“A história deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife.” (CASTRO, 1967, p. 12)

Mas se engana quem acha que a população excluída da cidade formal se resignou com tamanha iniquidade. As cidades latino-americanas e, em especial, o Recife, sempre foi palco para a manifestação de insatisfações populares e lutas por melhorias sociais e ambientais. Os movimentos sociais urbanos surgiram com a perspectiva de resgatar o sentido de cuidado da cidade que as políticas sociais e o urbanismo não foram capazes de fazer. Eles ainda hoje levantam-se para reafirma o direito de permanecer na cidade e acessar plenamente todos os equipamentos e serviços públicos necessários à uma vida digna. Suas lutas geralmente têm por fundamento o princípio do Direito à Cidade, com o qual reivindicam uma cidade mais humana e capaz de acolher a todos em sua diversidade. É assim com os movimentos de bairro e com os movimentos por moradia, tais como o dos sem-teto e o da população em situação de rua.



“O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas” (Instituto Pólis)

Na página do Instituto Pólis há um breve resgate histórico do conceito. Para ler, clique aqui:

<https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>

Ao reivindicar a cidade como um bem comum, contra a mercadificação do espaço, os despejos, os planos urbanísticos higienistas e os esforços quase sempre malogrados de construção do bem-estar, os movimentos sociais urbanos terminam por contribuir, ainda que de forma não deliberada, com a construção do Bem viver. E o fundamento dessa contribuição está assentado na atuação de diferentes agentes nos territórios periféricos. As redes de ajuda mútua, distribuição de alimentos, proteção das crianças, combate à violência e a exploração sexual, promoção dos direitos humanos etc., são expressões desse processo, tendo por resultado uma verdadeira humanização da cidade.

No Brasil, durante a pandemia da COVID-19, e diante da completa inação por parte do governo federal frente ao estado de crise sanitária e calamidade social então instaurada, inúmeras iniciativas cidadãs insurgiram para promover a vida nas periferias. Exemplo neste sentido foi a rede Periferia Viva, cujo objetivo era o de defender o direito à vida, à dignidade e à cidadania das

populações periféricas. A iniciativa passou a apoiar a distribuição de alimentos saudáveis e kits de higiene, passando depois a articular organizações e movimentos populares que incidiam por meio de políticas de solidariedade. Também durante a pandemia da COVID-19, no Recife e em algumas cidades do interior do Estado de Pernambuco, foi desenvolvido o Projeto Mãos Solidárias, cujo principal objetivo era a distribuição de marmitas para pessoas em situação de rua. O Mãos Solidárias atuou também em outras frentes, chegando a formar agentes populares de saúde, a criar bancos populares de alimentos, hortas comunitárias, promover assessoria jurídica e a criar Farmácias Vivas nos territórios periféricos.



Coluna na página de notícias “Brasil de Fato”:

<https://www.brasildefato.com.br/colunistas/periferia-viva>

Instagram:

<https://instagram.com/redeperiferiaviva?igshid=YmMyMTA2M2Y=>



Homepage:

<https://www.campanhamaossolidarias.org/quem-somos>

Instagram:

<https://instagram.com/maos.solidarias.pe?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

A Central Única das Favelas (CUFA), organização não-governamental voltada à promoção de atividades de educação, lazer, esportes, cultura e cidadania nos territórios periféricos do Brasil, também desenvolveu uma série de ações humanitárias durante a pandemia da COVID-19, algumas das quais voltadas a fornecer alimentação e kits de higiene. No Recife, a ação solidária de grupos religiosos e não-religiosos, maior parte deles articulados em torno do coletivo “Unificados”, realizam desde o início da pandemia um trabalho de acolhimento e doações de alimentos para a população em situação de rua, notadamente a mais impactada pela crise sanitária e social. O senso de solidariedade aguçado pela pandemia de fato fez aumentar as doações e a ação voluntária. Contudo, faz-se necessário lembrar que algumas dessas iniciativas precedem a crise sanitária e hoje continuam a desenvolver um trabalho importante de cuidado dos mais excluídos. Esse é o caso da Pastoral do Povo de Rua, ligada à Igreja Católica.

Uma das figuras mais emblemáticas e cujo trabalho ganhou notoriedade durante a pandemia é a do Padre Júlio Lancelotti, pároco da Igreja de São Miguel Arcanjo, localizada no bairro da Mooca, São Paulo. Atuante na Pastoral do Povo de Rua, Padre Júlio protagonizou um dos

episódios mais simbólicos de resistência à uma lógica de cidade desumanizada e completamente adversa ao princípio do cuidado. Diante da instalação de pedras debaixo de um viaduto frequentado pela população em situação de rua, na zona leste da cidade de São Paulo, em 2020, durante a pandemia, o pároco simplesmente decidiu quebrar todas elas a golpes de marreta. A intervenção urbana de caráter higienista realizada pela gestão de Bruno Covas (PSDB) foi veementemente criticada pela população, que a classificou como aporofóbica e desumana. Depois do gesto solitário e contundente do Padre Júlio, a prefeitura voltou atrás e decidiu não mais seguir com intervenções dessa natureza.



Reportagem da CNN Brasil sobre a instalação de pedras em viaduto de São Paulo e a ação do Padre Júlio Lancelotti
Para assistir, clique aqui:
<https://www.youtube.com/watch?v=yr5aKJcFh7I>

No vídeo acima, quando entrevistado, o Padre Júlio afirmou algo muito importante: “[...] é uma cidade hostil, não é uma cidade para todos, nem uma cidade acolhedora”. De fato, em que pese as iniciativas calcadas nos territórios dos excluídos, visando reintroduzir a dimensão do cuidado no cotidiano das cidades, e mesmo com os avanços institucionais e políticos de amparo aos mais pobres e de promoção das justiça sociais e ambientais urbanas, tais como o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001) e a Política Nacional para População em Situação de Rua (Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009), os nossos espaços urbanos ainda são lugares hostis e segregados.



Depois de retirada as pedras, o Padre Júlio Lancelotti e alguns populares levaram flores para o viaduto, e prestaram acolhimento às pessoas em situação de rua

O modelo predominante de morar as cidades latino-americanas tem sido cada vez mais o “condomínio fechado”, onde se pode viver uma vida guarnecida e longe do suposto caos urbanos extramuros. A segurança é garantida por meio de expedientes cada vez mais sofisticados e profissionais que mais parecem paramilitares. A cidade é hoje constituída por arquipélagos sociais, onde se desenvolvem sociabilidades cada vez mais fragmentadas, porque fundadas no sentimento do medo. Do ponto de vista das formas, as últimas décadas viu se difundir a chamada “arquitetura hostil”, que é a expressão mais-que-perfeita da falta de cuidado.

O termo “arquitetura hostil” foi empregado pela primeira vez em uma matéria do jornal britânico The Guardian, escrita pelo jornalista Ben Quinn, e que abordava os artefatos e dispositivos urbanísticos anti-sem-teto que estavam se difundindo nos espaços públicos da cidade de Londres. Desde então, o termo se popularizou e passou a designar o conjunto de elementos arquitetônicos existentes em espaços públicos e privados, e que visam constranger ou afastar pessoas em situação de rua. Trata-se de pedras, pregos, ofendículos, espetos, divisórias, grades e todas as formas de objetos cortantes, pontiagudos ou com potencial para causar ferimento em um indivíduo, e que são instalados em calçadas, vias públicas, parques, praças e viadutos com o objetivo de repelir pessoas em situação de rua.

A Arquitetura hostil não é apenas a expressão máxima da falta de cuidado, mas também da chamada “necropolítica” urbana. Quando o filósofo camaronês, Achille Mbembe (2018), se referia à necropolítica, falava do poder que decidir sobre quem pode viver e quem deve morrer. No caso

das cidades e, a arquitetura hostil funciona com mecanismo para decidir quem pode ou não usufruir dos espaços livres públicos. A impossibilidade do usufruto dos espaços da cidade é não só uma negação do Direito à Cidade, mas do direito à liberdade e à dignidade. Neste sentido, a população em situação de rua é aquela que se encontra em mais alto grau de desamparo, pois sobre ela recai de forma implacável a necropolítica urbana e a inúmeras violações de direitos.

A falta de acesso à moradia digna é também uma violação de direito. No Brasil atual, o déficit habitacional chegou a 5,876 milhões de moradias, segundo estudo da Fundação João Pinheiros (2021a). Estamos falando das famílias que vivem em condições precárias, em coabitação, ou que precisam deprender mais de 30% de sua renda com aluguel. A inadequação habitacional, por sua vez, chegou a 24,893 milhões (FJP, 2021b). As condições de acesso tendem a se tornar cada vez mais difíceis em razão do acirrado mercado de terras de moradia, que muitas vezes funciona segundo dinâmicas especulativas do mercado imobiliário.

A falta de moradia digna tem impactos extremamente importantes em relação à saúde, à segurança alimentar e a própria vida. Sem um lugar infraestruturado e com acesso integral aos serviços públicos de saúde e educação, as pessoas ficam muito mais vulneráveis às doenças. Há também os riscos relacionados às mudanças climáticas que, como dissemos acima, impacta muito mais afrodescendentes e mulheres. A ausência de moradia digna e a existência de ocupações em lugares de risco põe inúmeras famílias em condições de extrema vulnerabilidade, especialmente durante os eventos extremos. O que aconteceu no Recife durante o período de chuvas, em maio de 2022, é um exemplo neste sentido. Contudo, cabe lembrar que não se tratou apenas da consequência de um episódio atípico de chuvas, mas de uma série de descasos do poder público em relação à garantia do direito à moradia digna, conforme assevera o dossiê “Uma tragédia anunciada” da ONG Habitat para Humanidade.



Acesso ao dossiê “Uma tragédia anunciada”, elaborado pelo ONG Habitat para Humanidade em parceria com entidades civis e movimentos sociais Para ler, clique aqui:

<https://habitatbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/11/apresentacao-UMA-TRAGEDIA-ANUNCIADA-1.pdf>

As mudanças climáticas e os decorrentes impactos ambientais não podem mais ocupar um lugar secundário dentro da agenda urbana, muito menos da assistência social. Os territórios urbanos, por sua vez, são espaços de onde se pode gestar ações concretas de adaptação a tais mudanças, visando a garantia de direitos. Apenas assim é que se pode fazer frente às injustiças ambientais e construir o Bem viver nas cidades. Para tanto, é preciso também tomar proveito dos avanços institucionais, uma vez que geralmente resultam do acúmulo de experiências decorrentes das lutas sociais em favor da humanização e do princípio do cuidado.

Reflexões finais

Os gestores públicos ainda não se convenceram da necessidade de pôr o cuidado, o meio ambiente e os territórios periféricos no centro das preocupações no processo de formulação das ações e na implementação das políticas públicas. É necessário, portanto, dar vez e voz àqueles que sempre estiveram alijados dos processos decisórios e desamparados da ação protetiva do Estado. Da mesma forma, é também necessário escutar atentamente as demandas dos movimentos sociais urbanos, que expressam a realidade percebida e vivida nas desigualdades, nas injustiças ambientais e na desproteção. Nesse viés, **as insatisfações e reivindicações das mulheres e cuidadoras, pelo próprio papel imposto por nossa sociedade patriarcal e racista, e pela consequente opressão sofrida, contém o lastro e o respaldo que nenhuma outra voz é capaz de ter. São elas a quem primeiro devemos ouvir.**

Aliado a esse compromisso ético, é também importante atentar para a agenda global de mudanças sociais e ambientais, uma vez que ela dá liga e amplitude às diferentes ações locais desenvolvidas mundo a fora. Neste sentido, é importante levar em conta os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pelas Nações Unidas em 2015, na ocasião de seu septuagésimo aniversário. Trata-se, pois, de uma agenda de ações (Agenda 2030) para construção de um mundo mais sustentável, igualitário e pacífico, constituída de 17 objetivos, e com uma série de metas ambiciosas, que perpassam desde as questões ambientais até a erradicação da pobreza e da fome.



Dentre os objetivos, um pretende “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”. Trata-se do ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis. Este objetivo tem por metas, até 2030:

1. Garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
2. Proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
3. Aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
4. Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
5. Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
6. Reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
7. Proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

- Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento
- Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis
- Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

Acreditamos, portanto, que a construção de uma cidade mais humana deve levar em conta o referido objetivo, com suas metas práticas e realistas. E cuidando das cidades cuidaremos também do mundo, uma vez que mais de 56% da população mundial vive hoje em cidades, segundo estimativas da ONU-Habitat. Apenas para se ter uma ideia da importância das cidades, basta entender que 52% de toda emissão de gás carbônico para atmosfera advém de 25 cidades do mundo, maior parte delas localizadas na China e nos Estados Unidos. Portanto, a crise ecológica é uma crise eminentemente urbana. Cuidar do meio ambiente urbano é cuidar do planeta. Se levamos em conta que os problemas sociais possuem a mesma natureza (a falta de cuidado), também constataremos, por silogismo, que enfrentando as questões sociais urbanas, estaremos nos defrontando com a totalidade das questões sociais do mundo.

REFERÊNCIAS

- ABEFC. Economia de Francisco e Clara: denúncia às violências financeiras e anúncio de economias para o bem viver. Disponível em: http://economiadefranciscoeclara.com.br/wp-content/uploads/2023/03/CARTILHA_A5_PORT_V4_01_03_Digital-1.pdf; Acesso em: 10 de março de 2023
- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano, compaixão pela Terra. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, Leonardo. **Ética e eco-espiritualidade**. Campinas: Verus, 2003
- CASTRO, J. **Homens e caranguejos**. São Paulo: Brasiliense, 1967
- CHOAY, F. **O urbanismo**: utopias e realidades, uma antologia. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998
- FJP. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021a.
- FJP. **Inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021b.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980
- HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995
- LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018
- Mumford, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000
- UNFPA Brasil. **Nas nossas palavras**: vozes das mulheres afrodescendentes em prol da justiça reprodutiva e climática. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/unfpa_climate_change_brief_-_portuguese.pdf; Acesso em: 12 de março de 2023